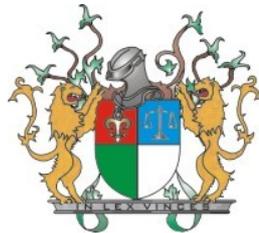


Clipping Diário

TJPI



25.05.2018



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

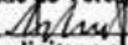
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

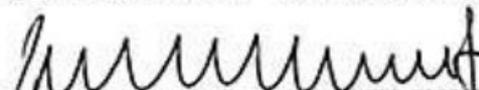
JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	25.05.2018	11	-



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ - 5ª VARA
EDITAL DE CITAÇÃO
COM PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS**

O DOUTOR ADONIAS RIBEIRO DE CARVALHO NETO, Juiz Federal substituto da 8ª Vara/PI, respondendo pela 5ª Vara/PI, nos termos da Lei.

FAZ SABER, aos que o presente Edital virem ou dele tomarem conhecimento, que por este cita a empresa **MASF NEGOCIOS LTDA**, CNPJ. 41.506.593/0001-40, por ser ignorado o lugar em que se encontra, para querendo, contestar, no prazo de 15 (quinze) dias, a Ação Ordinária/ Outras Processo nº 28542-03.2014.4.01.4000 /Classe 1900, movida pela **CAIXA ECONOMICA FEDERAL**, em face da **MASF NEGOCIOS LTDA**, sob pena de os fatos articulados pelo autor serem presumidos verdadeiros. E para que chegue ao conhecimento do interessado e não possa no futuro alegar ignorância, expedi o presente Edital, que será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Teresina, capital do Piauí, aos 27 dias do mês de fevereiro de 2018. Eu,  Bel. Aléssio Sales Lustosa, Diretor de Secretaria da 5ª Vara/PI, fiz digitar e subscrevo.


ADONIAS RIBEIRO DE CARVALHO NETO
Juiz Federal substituto da 8ª Vara/PI, respondendo pela 5ª Vara/PI.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
180 Graus	22.05.2018	-	Política

Quase 99% dos presos retornam da saída do Dia das Mães, informa TJ-PI

De todos os estabelecimentos prisionais de Teresina e Altos em que há presos cumprindo pena privativa de liberdade em regime semiaberto, vinculados à Vara de Execuções Penais de Teresina - VEP, 388 presos receberam o benefício da saída temporária no período do Dia das Mães, saindo do presídio no dia 9 e retornando no dia 16 deste mês de maio.

Dos 388 sentenciados que receberam o benefício, apenas 7 não retornaram aos estabelecimentos penais ao fim do período, estando sujeitos à prisão e à regressão, passando para o regime fechado.

Assim, menos de 2% dos apenados não retornaram do segundo período de saída temporária deste ano, alcançando quase 99% de retorno.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
GP1	22.05.2018	-	-

Piauí

Presidente Erivan Lopes reinaugura fóruns de Água Branca e Barro Duro

O Presidente do TJ-PI lembrou que a reinauguração dos dois fóruns vem ampliar a estrutura física do Tribunal, que já contava com fóruns novos em Corrente, Oeiras e Parnaíba.

24/05/2018 @ 10h51 - atualizado @ 10h54



Nesta quarta-feira (23), a população de Barro Duro e Água Branca ganharam os respectivos fóruns totalmente reformados. A entrega dos prédios foi feita pelo presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, desembargador [Erivan Lopes](#), que esteve acompanhado do corregedor geral, Ricardo Gentil, do presidente da OAB-PI, Chico Lucas e demais autoridades estaduais e dos municípios.



Nas duas Comarcas os Diretores dos Fóruns, juízes Robelo Moraes e Ênio Lopes destacaram a importância de receberem uma estrutura nova, reformada e moderna. Robelo Moraes, por exemplo, evidenciou que a estrutura vai permitir que a Comarca praticamente zere seus processos.

O Presidente da OAB-PI, Chico Lucas, disse que a atual gestão é modelo e citou ações como o Portal do Advogado e o trabalho em dois turnos como maiores avanços. “O Portal do Advogado permite que nós acessemos o Judiciário de onde estivermos e a qualquer hora. Isso é primordial. E o trabalho em dois turnos nos coloca diante de um futuro glorioso, porque vem para atender aos anseios da população. O Judiciário do Piauí caminha para ser um dos melhores do país”, afirmou Chico Lucas.

O Poder Legislativo Estadual foi representado pelo deputado Wilson Brandão. Segundo ele, o Judiciário do Piauí vive um momento ímpar, com uma boa estrutura física, de tecnologia e de pessoal.

O presidente do Sindicatos dos Servidores do Judiciário do Piauí (Sindsjus-PI), Carlos Eugênio, também comemorou a demora. “Conhecemos os fóruns antes das reformas e hoje podemos constatar que ela preencheu todos os requisitos necessários para a boa prestação jurisdicional. E se os servidores trabalham melhor, quem ganha e muito é a população que busca justiça”, pontuou.

Em seu discurso, o presidente Erivan Lopes reforçou a importância da gestão compartilhada em ações realizadas pela Corregedoria Geral. Ele citou ainda a estruturação dos cartórios como um ponto essencial para que toda a gestão esteja sendo exitosa.



O presidente do TJ lembrou que a reinauguração dos dois fóruns vem ampliar a estrutura física do Tribunal, que já contava com fóruns novos em Corrente, Oeiras e Parnaíba. Disse que sua gestão foi voltada para o resultado e que hoje o Tribunal está profissionalizado, apto a seguir seu curso.

E como prioridade para os próximos meses elencou a efetivação do aumento dos servidores, que já é certo considerando que a Assembleia Legislativa derrubou o veto do Governador do Estado; a implantação do trabalho em dois turnos e a nomeação de mais servidores analistas; bem como a entrega dos cartórios a seus delegatários com o término do prolongado concurso.

Fórum de Água Branca

A obra de reforma do Fórum de Água Branca custou R\$ 1.057.294,93, sendo a reforma completa do prédio pertencente ao TJ-PI com nova definição arquitetônica para funcionamento do Fórum da Comarca de Água Branca contemplando demolições, construções de alvenarias, pisos e revestimentos, instalações elétricas, lógicas, hidráulicas, sanitárias, climatização, som, com secretaria, gabinetes para 2 juízes, 2 salas de audiência, tribunal do júri – auditório com 83 lugares, sala de bens apreendidos, arquivos, cela, Defensoria, OAB e Ministério Público, urbanização e estacionamento interno com 9 vagas.

O fórum homenageou o desembargador Brandão de Carvalho, decano do TJ-PI, que agradeceu pela homenagem recebida ressaltando o trabalho do presidente Erivan Lopes e toda sua equipe frente ao Tribunal.

Fórum de Barro Duro

A reforma do Fórum de Barro Duro custou R\$ 653.959,14. No local foi feita a reforma completa do prédio pertencente ao TJ-PI com nova definição arquitetônica para funcionamento da Vara Única da Comarca de Barro Duro, contemplando demolições, construções de alvenarias, pisos e revestimentos, instalações elétricas, lógicas, hidráulicas, sanitárias, climatização, som, com secretaria, gabinete, sala de audiência, arquivos, cela, Defensoria, OAB e Ministério Público.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
GP1	22.05.2018	-	-

Miguel Alves - PI

Justiça suspende direitos políticos do ex-prefeito Dr. Valter

A sentença do juiz de direito Sérgio Roberto Marinho Fortes do Rêgo, da Vara Única da Comarca de Miguel Alves foi dada em 9 de maio deste ano.



WANESSA GOMMÊS
TERESINA

23/05/2018 17h32 - atualizado 19h27



O juiz de direito Sérgio Roberto Marinho Fortes do Rêgo, da Vara Única da Comarca de Miguel Alves, condenou o ex-prefeito do município Valter Lima Sá, o Dr. Valter, em ação de improbidade administrativa. A sentença foi dada em 9 de maio deste ano.



O município de Miguel Alves ingressou com ação buscando a condenação do ex-prefeito sob a alegação de que ele não repassou à Previdência Social os valores descontados dos servidores municipais no período de dezembro de 2007 a dezembro de 2008, época em que exerceu o cargo de prefeito.

Na sentença, o juiz destacou que “ficou claro que houve decréscimo real na respectiva remuneração sob esse pretexto, isto é, repasse ao INSS, sem que, no entanto, a verba chegasse ao seu destino”.

O magistrado afirmou ainda que não é passível de discussão a submissão dos prefeitos e dos gestores públicos de proceder à dedução e ao repasse mensal dessas quantias, “tratando-se de ato vinculado por excelência, não cedendo espaço para qualquer discricionariedade”.

O ex-prefeito então foi condenado ao pagamento de multa civil no valor correspondente a 5 vezes a remuneração mensal recebida à época, devidamente atualizada pelo índice adotado pela CGJ-TJ-PI e com juros legais a partir da citação, bem como suspensão dos seus direitos políticos pelo período de três anos.

Outro lado

Procurado, na tarde desta quarta-feira (23), o ex-prefeito Dr. Valter disse desconhecer a sentença: "Eu não estou sabendo de nada, vou falar com o meu advogado sobre isso", afirmou. Posteriormente, ele entrou em contato para informar que o advogado já está providenciando o recurso.